



Entre os ditames do mercado e a identidade regional: a incorporação das tecnologias e plataformas de EaD pelas Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES).

MACHADO, Vinicius de Camargoⁱ.
Doutorando em Desenvolvimento Regional – PPGDR - UNISC

Resumo: O trabalho discute os dilemas enfrentados pelas Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) do RS nos últimos cinco anos, quando se acentua a incorporação de plataformas, metodologias e conteúdos digitais produzidos para o Ensino à Distância (EaD) e presencial por grupos econômicos que não possuem nenhum tipo de vínculo com as demandas e identidades regionais, o que sempre foi o diferencial das instituições comunitárias. Ao relacionar alguns aspectos conceituais do espaço, entre o regional (particular), sua interface com o universal (global) e o singular (local), foi situado as afinidades dessas etapas de encontro com o atual momento da educação superior. Embora seja necessário maior aprofundamento, foi possível estabelecer algumas considerações acerca da interrelação das perspectivas.

Palavras-chave: Tecnologia. Espaço. Regional. Local. ICES.

1 Introdução

O trabalho discute os dilemas enfrentados pelas Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES) do RS nos últimos cinco anos, quando se acentua a incorporação de plataformas, metodologias e conteúdos digitais produzidos para o Ensino à Distância (EaD) e presencial por grupos econômicos que não possuem nenhum tipo de vínculo com as demandas e identidades regionais, o que sempre foi o diferencial das instituições comunitárias.

Assim, estabelecer algumas reflexões acerca da identificação e a significação da região e suas relações para com o contexto global e local, passando pela concepção de território, e por conseguinte por sua conceituação. Ele está estruturado em cinco tópicos, a perspectiva do território, a perspectiva da região, a perspectiva universal, a perspectiva singular e o último, relação territorial, regional, local no contexto de das Instituição de Ensino Superior Comunitária do RS.

Cada uma dessas abordagens resgata brevemente a conceituação e a suas respectivas interrelações, com a dinâmica de cada uma das perspectivas. A construção da reflexão não poderia vir em tempo mais oportuno, pois remete o leitor a conectar-se a um recorte do atual momento da educação superior, com ênfase nas variáveis impositivas com



que organizações originárias da iniciativa coletiva local, vêm sofrendo pela imposição do interesse econômico global.

Embora seja necessário maior aprofundamento nas argumentações que surgiram no intuito de relacionar as perspectivas conceituais com a situação da educação superior, em especial das ICES, é possível identificar que o alinhamento com o interesse global acaba por interferir nas regiões, ignorando as identidades e as condições socioculturais dos espaços, apenas usufruindo dos mesmos para atender a interesses que excluem os indivíduos, de um processo de instrumentação educativa, para uma condição de acesso a um produto educacional padronizado.

2 A perspectiva do Território

Conceitualmente o território, conforme Flores (2006, p. 4), foi inicialmente tratado nas ciências naturais, onde estabeleceu a relação entre o domínio de espécies animais ou vegetais com uma determinada área física. Sendo que na sequência foi incorporado pela geografia, que estuda o espaço, recursos naturais, sociedade e poder, bem como por outras áreas, entre elas a sociologia, a antropologia, a economia e a ciência política.

Uma das primeiras diferenciações conceituais que requer destaque é o que significa espaço e território, o primeiro estabelece a relação entre o patrimônio natural existente em uma região. Já o segundo seria a própria incorporação do que existe no espaço, a apropriação literal do que fora desenvolvido pelas ações sociais dos atores pertencentes “naquele” contexto, definições baseadas na argumentação de Raffestin (1993) citado por Flores (2006, p. 4).

À medida que o exercício dessa atuação de apropriação é realizado, entra em cena a disputa pelo poder, que estimula a delimitação geográfica, ou espacial do território, o que acaba por emergir as identidades destes espaços.

É possível citar outras argumentações relativas ao sentido de território, extraídas do próprio trabalho de Flores (2006, p. 5), como, Tizon (1995), Abramovay (1998), que desenvolvem o entendimento de território sob o sentido antropológico, ou Pecqueur (1987) e (2000) que trabalha o sentido político administrativo.

No território deve emergir estratégias *bottom-up* na condução do pleno desenvolvimento de uma sociedade, ações que constituirão de diferentes agentes. Esses agentes são, os movimentos sociais, organizações não-governamentais, entidades privadas, assim como o próprio poder público.

Portanto, a partir dessas argumentações o território pode ser considerado como sendo construído com base em relações sociais, onde existe o sentimento de pertencimento arrigado



aos diferentes fazeres, o que conforme Ostrom (1995), citado por Flores (2006, p. 5), considera que o conhecimento e o saber-fazer local, e a capacidade dos atores locais de promover um desenvolvimento com características endógenas, a partir do sentido de territorialidade, que é a forma como o indivíduo compreende o território, presente entre os atores locais, formam capital cultural e social de um determinado território.

3 A perspectiva da Região

O início das ciências regionais ocorre em meados dos anos 40, quando são desenvolvidos diferentes modelos. A ideia era sistematizar análises setoriais, tais como, agricultura, indústria, comércio e atividades terciárias para uma linha mais geral, do equilíbrio espacial, essa contribuição foi dada por Lösch, segundo Benko (1999, p. 65). Na sequência surgem os argumentos do americano Edgar Hoover (1948), que desenvolve uma importante reflexão sobre os custos de transporte, elaborando uma teoria geral da fronteira, sendo essa uma variável preponderante na localização da empresa.

No período da segunda grande guerra Mundial, as técnicas de contabilidade social das regiões evoluem atingindo não só estas, mas também as pequenas localidades. Dessa forma surgem iniciativas de mensuração da migração populacional e a identificação das zonas de atração comercial, indicadores esses que possibilitariam uma relativa assertividade nas possíveis ações a serem implementadas naquela ocasião. Assim, nasce a lei da gravitação, a noção de hierarquia urbana, a lei nível-dimensão, a relação densidade-distância.

Embora a ciência regional tenha uma diversidade em sua atuação, Benko (1999, p.66), propõe o agrupamento em quatro partes, de forma sintética pode ser apresentado os seguintes temas: a) localização das atividades econômicas; b) organização e estruturação do espaço; c) interações espaciais; d) desenvolvimento regional. Apesar de desenvolvidas na década de 40, ainda hoje há uma relevância a ser considerada na ocasião da análise das regiões.

Outras características do fenômeno da regionalização são abordadas por Ribeiro (2004, p.194), quando estabelece a regionalização como fato e a regionalização como ferramenta. Na primeira, reconhece a dependência das regiões para com sua história, que movimentaram e limitaram a ação hegemônica. A dinâmica econômica, as relações de classe e a evolução do agente governo, refletem de forma conjunta a estrutura espacial, bem como a socioeconômica e político-jurídica.

Na segunda estabelece que está assume a forma-conteúdo, que é historicamente determinada, do planejamento conduzido pelo Estado. Embora ambas expressem a região como espaço herdado e como política no sentido pleno, a regionalização como ferramenta



sempre sustentou a ação hegemônica. Pois caracteriza-se pela simplificação e minimização de estratégias que tem vínculos com as forças sociais, há luta por poder e prestígio, influências científicas e difusão desigual do conhecimento técnico.

Ribeiro (2004, p. 197) argumenta que numa conjuntura marcada pela transformação da eficácia em meta política, pela mutação da cultura em mercadoria e pela imposição do agir instrumental e estratégico e pelo desvendamento contínuo de contextos de inovação, a regionalização como ferramenta adquire extraordinário destaque, o que é potencializado pelos agentes econômicos hegemônicos, o que acaba por interferir na estrutura espacial dos países.

Então se tem a região como ferramenta, disputada pelo Estado, pelas corporações e pelos movimentos sociais, e ainda é contestada nas divergências do território, surgem novos sujeitos e redes sociais com escalas das mais diversas. Essa diversidade caracteriza a sua efetiva capacidade de surgir novas regiões, onde emerge ideologias, propriedades da paisagem, valores culturais socializados, ou critérios políticos e científicos, que estabelecem fronteiras e limites, Ribeiro (2004, p.197).

4 A perspectiva do Universal

A regionalização sob o ponto de vista amplo, universal, representa a garantia de acesso aos recursos produtivos disponíveis que ao mesmo tempo em que limitam ações sociais do meio, proporcionam as grandes corporações esse livre acesso a recursos raros, o que resulta que essas organizações influenciem os governos, que possam criar complementos a sua cadeia produtiva, e talvez o mais perverso, controlam o território, assegurando que possam usufruir dos recursos com garantias de que esses “investimentos” tenham lucratividade, e seus riscos minimizados, exercem dessa forma o poder monopolístico do território. Ribeiro (2004, p. 202) define com propriedade essa atuação quando diz, “[...] para a ação empresarial em geral, a regionalização significa: criação de nichos de mercado e possibilidade de determinação de regras para a organização do trabalho e do consumo [...]”.

Há de se ter cuidado com a chamada hipermodernidade, pois esta destrói as expressões identitárias do território, colocando em ação os seus interesses hegemônicos, econômicos por essência, linearizando os espaços onde realizam a intervenção, desconsiderando a cultura histórica do lugar. Pois segundo Ribeiro (2004, p. 202), “[...] as características do ato regionalizador podem ser associados aos impulsos da hipermodernidade, o que impõe a valorização analítica dos elos entre regionalização e racionalização das relações sociais [...]”.



A relação global para com o contexto regional parte da premissa de que o espaço ocupado deve moldar-se às necessidades do capital especulativo que as grandes corporações representam, com a mesma velocidade em que se instalam nas regiões, resguardados pela institucionalização normativa, que é cooptado pelo poder econômico, modificam as relações locais, excluindo as identidades e “sugando” potencialidades virtuosas que a diversidade regional por essência possui.

A condição de permanência dessas organizações predadoras nas regiões está condicionada à finitude dos recursos que foram vislumbrados na ocasião em que se estabeleceram. Uma vez não havendo mais interesse econômico sua migração para uma outra “região potencial”, se realiza, pouco importando os reflexos dessa mudança como também as diversas externalidades geradas no meio, ao longo do período que estiveram usufruindo desses diferentes espaços territoriais.

Portanto esse tipo de regionalização, constitui-se de realidades herdadas de espaços que já sofreram a intervenção da modernização, bem como dos fatores políticos da região que foram preservados em função dos interesses, estabelecendo conflitos de diferentes magnitudes, pois a racionalidade que emerge desse processo é extrema e perversa.

5 A perspectiva do Singular

O modo de “fazer” local vem sendo dominado e direcionado pelos interesses globais, como a identidade dos espaços locais são desconsideradas a medida em que estes são ocupados, perde-se as características socioculturais que dão sentido a diferentes localidades. A relação que se estabelece visa o linear pensamento exógeno, imposto pela regra econômica.

Há de se refletir que nos espaços locais é onde ocorre verdadeiramente a vida cotidiana, as diversas relações entre os agentes são estabelecidas, e se essas relações são direcionadas sob uma perspectiva singular, com propósitos a atender os interesses externos, por óbvio que existirá perturbações locais.

Dessas perturbações locais resulta a consolidação das desigualdades sociais, diferentemente do que possa vir a parecer, o chamado progresso entendido pelo senso comum como sendo a instalação de empresas multinacionais ou transnacionais, que estimulam um discurso de inserção da modernidade, acabam por concentrar renda e, estabelecer regras às diferentes produções de forma a homogeneizar produtos e serviços.

Ainda, deixa cada vez mais precária as condições não somente locais de produção, pois o espaço local ocupado é meramente um intermediário que abarca as externalidades geradas por essa lógica estabelecida, de homogeneização produtiva com o viés de



crescimento pelo crescimento. Sem a reflexão sobre as externalidades que cobram um preço não mensurado, e o estabelecimento de políticas públicas que possam emergir de uma condição não cooptada pelo *status quo* é uma das formas das localidades contraporem-se ao avanço do ideário global sob o local.

6 Relação Territorial, Regional, Local e ICES

As Instituições de Ensino Superior Comunitárias (ICES), como são conhecidas caracterizam-se como organizações privadas e sem fins lucrativos, sua origem remete a meados da década de 40, que por iniciativa local, ou seja, dos agentes ativos articulam seus interesses a fim de criarem e suprirem a ausência do Estado nos espaços mais longínquos do Rio Grande do Sul e posteriormente em Santa Catarina, no que diz respeito a demandas educacionais.

Como o Estado não dispunha de condições para se fazer presente em locais distantes dos centros urbanos, reflexos do relativo abandono da educação como agenda nacional, iniciativas locais de estruturação de instituições educacionais, como Faculdades Integradas, Faculdades Isoladas, Centro Universitário e por conseguinte no decorrer dos tempos em Universidades, foram supridas mediante essa iniciativa pioneira.

Fato relevante para as ICES foi a sanção do projeto de Lei nº 12.881, de 12 de novembro de 2013 da Câmara (PLC) 1/2013, pelo Presidente da República Dilma Rousseff, regulamentando o funcionamento e reconhecendo-as como organizações da sociedade civil brasileira que não têm finalidade lucrativa. Posterior a aprovação da Lei o Ministério da Educação (MEC), no uso de suas atribuições regulamenta a mesma em outubro de 2014, indicando os procedimentos de qualificação das Instituições de Educação Superior, como ICES.

A partir de 2016, com a crise política e econômica que assolou o país, culminando com o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, as políticas voltadas à democratização e expansão do Ensino Superior brasileiro sofreram um revés significativo. Programas como o FIES, o PROUNI, o REUNI, as políticas de cotas, entre outros, passaram por mudanças nas suas regras e cortes orçamentários, o que trouxe dificuldades para a sustentabilidade financeira das instituições de ensino superior, sobretudo para as comunitárias que dependiam diretamente das mensalidades dos alunos. Essas instituições tiveram uma diminuição significativa no seu número de alunos, principalmente em função dos cortes e mudanças no Programa de Financiamento Estudantil (FIES), o que acarretou a necessidade da realização de cortes com pessoal (docentes e técnicos) e reestruturação organizacional e acadêmica das instituições. Concomitantemente, as ICES passaram a sofrer nesse período uma maior



competitividade por parte de grandes grupos empresariais estrangeiros que entraram no setor da educação superior brasileira, oferecendo cursos de graduação, presenciais e à distância, com valores bastante reduzidos.

Diante deste quadro, as ICES passaram a buscar alternativas de sustentabilidade por meio de consultorias, parcerias e aquisição de produtos digitais que são vendidos para diferentes instituições educacionais, independentemente da sua localização e trajetória institucional. Segundo informações veiculadas no Jornal Extra Classe¹, do SINPRO, em 2019 oito das quinze comunitárias gaúchas (UCS, UCPel, Urcamp, Unicruz, Imed, La Salle, Uri e Fevale) já possuíam parceria com o Grupo A, o qual fornece soluções educacionais que abrangem desde estratégias comerciais envolvendo os cursos oferecidos pelas instituições até a produção de conteúdos e a divulgação de metodologias ativas. A UNISC também aderiu posteriormente ao Grupo A. Outras sete instituições fizeram parceria com a empresa Sagaa, que produz conteúdo baseados nas mesmas metodologias. Por fim, foi citada a Feevale, que utiliza a *Blackboard* para disponibilizar plataformas de aprendizagem a distância.

Como já foi mencionado a história das ICES foi marcada pela sua forte inserção nas regiões em que atuam. Grande parte dessas instituições comunitárias surgiu a partir das iniciativas de atores governamentais e da sociedade civil que almejavam suprir as carências de formação superior em suas regiões, situadas em locais mais distantes das capitais dos estados, onde tradicionalmente concentrou-se o Ensino Superior público e privado.

Tanto em função de sua origem, como pela participação ativa nas instâncias comunitárias regionais ao longo dos anos, as ICES se diferenciaram de outras instituições de ensino, principalmente em relação às instituições privadas, pelo seu trabalho de extensão regional, pela participação em arranjos institucionais voltados ao desenvolvimento de políticas públicas nas suas regiões e pela formação de recursos humanos, que é a sua principal atividade fim.

São essas características particulares das ICES que hoje estão em risco diante da incorporação de estratégias que não levam em conta a configuração territorial e o papel desempenhado por essas instituições nas suas distintas regiões. Portanto, mediante esse breve resgate da origem dessas instituições, é possível analogamente verificar que foram criadas para suprir uma carência de acesso ao ensino superior, mas também para

¹Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2019/08/ead-cresce-na-educacao-superior-privada/>



desenvolver as regiões em que estariam e estão inseridas, conforme Machado (2015, p. 17) suas identidades relacionam-se diretamente com a vocação regional, constituindo-se verdadeiros vetores da disseminação do conhecimento.

Por se tratar de uma iniciativa pioneira das comunidades à medida que estruturaram esse modo de fazer educacional, ao longo dos anos passa a ser vital para as localidades onde fixaram raízes, assim como para seu entorno. Há aparente evidências empírica de que o desenvolvimento regional dessas regiões resultou e continua a resultar em modificações propositivas do lócus, onde ações concretas não somente de oferta de educação superior são realizadas, mas oportunidades de transformação aos indivíduos, tornando-os habilitados a serem partícipes do seu processo de escolha.

O ensino superior do Brasil ao longo dos últimos anos sofreu alterações significativas, tanto sob o ponto de vista quantitativo de matrículas e propriamente de instituições educacionais. Embora possa esse crescimento ser associado a falta de investimentos públicos no segmento por muitos anos, o que fora de certa forma minimizado por um conjunto de políticas públicas que resgataram esse tema, colocando na agenda governamental até meados de 2014, como uma política, então de Estado, fato esse que hoje não mais representa a realidade.

As demandas pelo ensino superior em nível de país foram sendo sentida pelos diferentes territórios ao passo que algumas regiões esboçavam um dinamismo em suas atividades, acabava por exigir do Estado a presença via a oferta de instituições educacionais que atendessem a uma demanda por qualificação de mão de obra e principalmente da construção de indivíduos críticos, que pudessem contribuir para a o efetivo desenvolvimento das suas realidades.

Mas embora esse resgate da agenda educacional tenha ocorrido, ainda na década de 90 há uma desregulamentação do setor educacional visto que não havia uma clara definição acerca de qual ente da Estado seria o responsável pela educação superior, haja visto que os demais níveis, educação infantil, educação média já dispunha dessa definição, onde o primeiro ficaria a cargo dos Municípios e o segundo com as Unidades Federativas. Condição essa suficiente para que grupos econômicos internos e externos identificassem “oportunidades” para instalarem suas estruturas corporativas nas regiões, até então atendidas pelas ICES.

O cenário educacional a partir dessa inserção mercantil sofre profundas modificações, com imediatos reflexos para as regiões, pois a proposta que emerge dos grupos econômicos, tem o “mérito” de modificar a realidade local, inserindo uma educação padronizada, sob a



ótica de ganho financeiro, pois a educação passa a ser um *commodity*. A oferta de cursos segue uma homogeneização, a construção coletiva deixa de ser necessária, com isso ganha-se em escala e o educador é substituído gradativamente pelo conteúdo mínimo padronizado, por intermédio tecnológico de uma plataforma digital.

A precarização imposta por essa lógica global pressiona a configuração local e regional, exigindo das ICES um acirramento competitivo, que vem revestido pela tecnologia educativa padronizam-te, onde a ferramenta tecnológica deixa de ser instrumento auxiliar para ser parte integrante do “pacote”. Essa submissão aos ditames globais, leia-se grupos econômicos nacionais e estrangeiros, criam uma desorganização identitária nas ICES que se posicionam de maneira intermediária no sentido de adesão a imposição, e a construção de uma alternativa híbrida, fato é que o atual momento requer profunda reflexão na busca de preservação da identidade regional que as ICES construíram ao longo de suas trajetórias.

7 Considerações Finais

Após a reflexão alguns pontos merecem ser destacados a fim de melhor elucidar a relação estabelecida entre as divisões espaciais e seus reflexos, como foi mencionado o estudo tratou de analogamente estabelecer o nexos entre a teoria das perspectivas territorial, regional, universal e singular detalhas no estudo, com o atual momento do ensino superior tendo como pano de fundo as Instituições de Ensino Superior Comunitárias. Embora seja prudente reconhecer a limitação do que fora exposto, ao mesmo tempo é oportuno referir-se a algumas conclusões.

Em primeiro, foi possível observar a importância da territorialidade como espaço diverso de construção de possíveis linhas estratégicas da condução ampla da sociedade, onde todos os agentes devem comungar do mesmo ideário de desenvolvimento endógeno, ou seja, deve haver uma construção com base nas relações sociais, que contemple a heterogeneidade dos fazeres, respeitando a forma como os indivíduos compreendem o território.

A segunda constatação ocorre na conceituação de região, que é ampla e traz diversas definições ou indicativos de que forma pode ser entendido, embora no decorrer do trabalho fora considerado a visão de Benko (1999, p.66), que propõe agrupar a definição de região em quatro partes, localização das atividades econômicas, organização e estruturação do espaço, interações espaciais e desenvolvimento regional. Abordagem essa que pareceu ser mais adequado quando relacionado com o momento das ICES.

A terceira, diz respeito a perspectiva universal, ou seja, a interferência das ações globais sobre o espaço local, alterando suas características naturais e físicas, desrespeitando



a heterogeneidade das regiões, pois suas premissas são ocupar esses espaços e moldá-los às necessidades do capital financeiro especulativo, representados pelas grandes corporações, amparadas pela institucionalização normativa que legisla em causa particular, deixando a mercê as regiões as quais são submetidas a aceitá-las, o que modifica as relações locais comprometendo a identidade das regiões e por que não dizer o desenvolvimento regional.

A quarta constatação, é que embora a escala local represente a verdadeira vida do cotidiana dos diferentes indivíduos, a relação que é estabelecida com esse lócus é influenciada por interesses externos que apenas utilizam os recursos existentes nessa microescala, por assim dizer, para a perturbação e/ou desorganização desses espaços. O que resulta em concentração de renda, estabelecimento de produção homogeneizada, tanto de produtos e serviços. De uma possível condição de agente ativo no processo de desenvolvimento a perspectiva singular sob essa condição apenas atua como intermediário de uma lógica global. Daí a importância da região como mediadora entre o universal e o local.

Por fim, ratificando o nexos entre a teoria e o momento do ensino superior, usando o case das ICES, já aqui referidos, parece evidente a concretude com que respondem a cada uma das perspectivas teóricas, ao retratar da origem das ICES ao momento atual do ensino superior, a relação causal dessas instituições com seus espaços e os desafios que enfrentam em contexto de uma escala maior do que as que inicialmente tinham suas proposições firmadas.

Referências

BENKO, G. A ciência Regional. Oeiras: Celta Editora, 1999.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte.** Disponível em: http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Developimento.pdf

MACHADO, Vinicius de Camargo. **O planejamento estratégico como instrumento de gestão em instituições comunitárias de ensino superior.** 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015 Disponível em : <<http://hdl.handle.net/11624/819>>. Acesso em : 21 maio. 2019.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Regionalização: fato e ferramenta.** In: LIMONAD, E; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Rui. Brasil – século XXI – por uma nova regionalização – agentes, processos, escalas. RJ: Max Limonad, 2004.

ⁱ Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES).